

FRIEDRICH HAYEK E OS LIBERAIS BRASILEIROS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA
FRIEDRICH HAYEK AND THE CLASSICAL LIBERALS IN THE BRAZILIAN DEMOCRATIC
TRANSITION

Gabriel Onofre³²⁸

Resumo: A proposta do trabalho é a de reconstituir as visitas do filósofo e economista da Escola Austríaca, Friedrich Hayek, ao Brasil, suas conferências e entrevistas e a cobertura da imprensa, analisando suas ideias sobre política, economia e sociedade que servirão de referência para os grupos (neo) liberais brasileiros durante a transição democrática.

Palavras-chave: Friedrich Hayek – Liberalismo Econômico – Transição Democrática

Abstract: The objective of this article is to analyse the visits of the philosopher and economist of the Austrian School, Friedrich Hayek, to Brazil, his lectures and interviews and the press coverage, analyzing his ideas on politics, economics and society that will serve as reference for the Brazilians (neo) liberal groups during the democratic transition.

Key-words: Friedrich Hayek – Classical Liberalism – Democratic Transition

Não é possível distribuir “pequenas igualdades” para todos. Tentar isso é certeza de fracasso

Hayek (Entrevista a Revista *Veja*, 1979)

Entre 1977 e 1981, muita coisa aconteceu no Brasil. Greves pipocaram no ABC paulista sob a liderança de um operário barbudo que defendia um novo movimento dos trabalhadores. Brizola, Prestes, Arraes e outras lideranças voltaram do exílio para a esperança – mas também a preocupação – de muitos. O regime civil-militar anunciou mais medidas de liberalização política: revogou-se o Ato Institucional número 5; colocou-se um fim ao sistema bipartidário; permitiu-se a instituição de um pluripartidarismo, que presenciou o surgimento de partidos como o PT, PDT e o PMDB.

Esses são anos inseridos no que grosso modo podemos chamar de transição democrática, período que se inicia com a revogação das leis de exceção, os Atos Institucionais, em 1979, e termina com a

³²⁸ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

aprovação de uma nova Constituição, em 1988. Acima estão descritos momentos e ações marcantes da redemocratização política, que muito justamente são abordados por inúmeros estudos que buscam compreender a transformação política do país e a formação do que veio a ser chamado de Nova República.

Em nosso texto a pretensão é bem menor. Conta-se aqui um pequeno capítulo destes anos, que embora passado quase despercebido nos estudos da transição democrática, tentaremos demonstrar sua importância para o contexto político que então se iniciava. Por três vezes em um espaço de quatro anos, o Prêmio Nobel de Economia Friedrich Hayek visitou o Brasil, a convite do diretor da revista *Visão*, o engenheiro Henry Maksoud. Considerado ao lado de John Maynard Keynes, um dos mais influentes economistas do século XX, a chegada de Hayek ao Brasil foi amplamente coberta pelos veículos de imprensa.

O objetivo do texto é analisar as entrevistas do economista e filósofo austríaco, bem como as repercussões de sua visita – marcada por palestras, conferências e entrevistas - em jornais como *O Globo*, *Jornal da Tarde*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *Gazeta Mercantil*, e revistas como *Visão*, *Veja* e *Digesto Econômico*, entre outros. A intenção aqui é investigar a passagem de Hayek pelo Brasil observando a cobertura da imprensa acerca das ideias do pensador sobre a realidade política e econômica nacional. Acreditamos que aqui está, em pequena proporção, as sementes de uma cultura política liberal econômica, que relegada ao esquecimento no país com o aprofundamento do modelo nacional-estatista pelo regime civil-militar, aparecerá com força nos primeiros governos da Nova República.

A presença de Friedrich Hayek no Brasil e a intensa cobertura de uma parte da imprensa nacional deve ser entendida dentro de um contexto marcado por uma mudança de postura de parte da imprensa que passa a fazer críticas ao intervencionismo econômico do regime civil-militar. Marco disso foi a compra da Revista *Visão* pelo empresário Henry Maksoud, que patrocinou as viagens do Prêmio Nobel ao Brasil, e transformou a revista em um veículo de críticas às políticas estatistas do governo militar. Buscarei demonstrar, através da Revista *Visão* e de outras revistas e jornais, que as visitas do expoente da Escola Austríaca de Economia foi vista pelos grupos liberais brasileiros como um importante fator para a difusão das ideias liberais no país. Em um contexto de reordenação política, com o florescimento dos movimentos e debates sobre a transição democrática e o retorno do Estado de Direito, almejamos demonstrar no texto que as vindas de Hayek são motivadas e divulgadas com o intuito de promover uma agenda liberal e influenciar o debate público sobre que *democracia* deveria ser construída no país.

UM POUCO SOBRE HAYEK

Naturalizado britânico, nasceu na Áustria, em 1899, e viveu até 1992, tendo tido ao longo da sua vida importante contribuição para a filosofia política e a economia. Sua vida confunde-se com a história do século XX, podendo-se afirmar que na verdade sua história é a da luta contra a corrente de pensamento dominante, tendo apenas no final da vida saído do ostracismo intelectual e político que se encontrou por pelo menos três décadas.

Franzino, destacou-se no debate público por suas posições firmes. Dono de um sensível senso de humor, cunhou sentenças contundentes e polêmicas, como “Marx não entendia nada de economia” e “Freud é uma fraude”. Formado na tradição liberal clássica, filho direto do Iluminismo inglês, Hayek trouxe para o século XX as ideias contra o intervencionismo estatal de Locke, Hume e Adam Smith. Vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1974 - ao lado do sueco Gunnar Myrdal - empenhou-se durante seus mais de 90 anos de vida a defender o sistema de livre mercado, acusando os ideais e governos defensores de projetos de regulação econômica e social de contribuírem para a construção de novas formas de servidão.

Como professor, Hayek lecionou nas mais prestigiadas universidades da Europa e dos Estados Unidos. Começou na tradicional London School of Economics (Reino Unido), passando pela Universidade de Chicago (Estados Unidos), Salzburgo (Áustria) e finalmente Freiburg-im-Breisgau (Alemanha), posto que ocupou até falecer em 1992. Ao longo de sua carreira acadêmica foi autor de dezenas de obras sobre Economia, Ciência Política, História das Ideias e Psicologia.

Em seus escritos, foram recorrentes as críticas às políticas econômicas do keynesianismo e do socialismo. A seu ver, toda forma de planejamento econômico inevitavelmente resulta em regimes totalitários; e, por isso, fascismo e comunismo não passavam de variantes de um mesmo tipo de totalitarismo. Seu livro mais influente e popular – não o mais importante academicamente – *O Caminho da Servidão* tornou-se um libelo para os defensores do liberalismo econômico em todo planeta. Para muitos, uma espécie de *Manifesto Comunista* dos capitalistas. Publicado em 1944, em pouco tempo se tornou um sucesso de venda; apenas nos EUA, condensado pela revista Reader's Digest, teve mais de um milhão de exemplares distribuídos pelo *Book-of-the-Month-Club*. Impulsionado pelo livro, Hayek se tornou uma celebridade internacional.

Publicado em 1944, o livro defende que a economia planejada ou administrada de modo centralizado pelo Estado, como era o caso dos regimes soviético e nazi-fascista, teria criado brechas para

uma inédita concentração de poderes nas mãos do governo, o que se refletiria em estruturas de poder que, em nome de um projeto coletivo, interferiria na vida privada dos indivíduos, esmagando as liberdades e garantias individuais e substituindo uma ordem espontânea e livre por uma sociedade enrijecida e autoritária.

O objetivo do livro de Hayke não era apenas denunciar o socialismo, mas também alertar as democracias liberais sobre a possibilidade de que algo semelhante aconteça com elas. Hayke escreveu pensando na experiência trabalhista inglesa do período entre as duas guerras, considerando que a intervenção do governo em variadas esferas da economia e da sociedade colocaria a liberdade na Inglaterra em risco. A ascensão das teorias keynesianas, o fortalecimento do movimento dos trabalhadores e a construção de um Estado de bem-estar social foram visto pelo pensador austríaco como uma ameaça não só para a Inglaterra, mas para as sociedades livres do Ocidente.

Sua luta contra intervenção estatal nos assuntos econômicos foi baseada no entendimento de que a ação de qualquer governo é mais ineficiente do que a liberdade das ações individuais para o desenvolvimento econômico. Advoga, assim, que nenhuma autoridade, por mais capacitada que seja, poderia reunir todo conhecimento existente em uma sociedade e utilizá-la de modo mais eficiente e criativo do que o uso livre pelos cidadãos. Daí que o planejamento estatal promoveria sempre uma limitação na capacidade individual em utilizar o conhecimento social disponível de forma criativa. Desse modo, como os governos jamais conseguiriam desempenhar uma função eficiente como o livre mercado, a defesa da liberdade individual em detrimento da intervenção do Estado seria vista como um mecanismo eficaz de promoção do progresso social.

O PÓS-1945

No mundo pós-Segunda Guerra Mundial, as ideias do liberalismo econômico encontravam, todavia, cada vez menos adeptos. A bola da vez era John Maynard Keynes, ou melhor, as ideias e políticas governamentais inspiradas na compreensão de que para garantir o desenvolvimento econômico de um país e manter os empregos era necessário a intervenção do Estado na economia.

A chamada “revolução keynesiana” representou a adoção pelos países capitalistas desenvolvidos, principalmente após a segunda guerra, de um conjunto de políticas econômicas que foram amplamente

aceitas e reconhecidas até meados da década de 1970 quando o capitalismo internacional sofreu uma profunda crise que determinou o fim de um próspero ciclo de crescimento nesses países. Essa revolução possuiu duas dimensões principais: i) crítica à visão “clássica” da economia, segundo a qual a produção gera sua própria demanda, ou seja, que o sistema econômico é autorregulado e tende ao pleno emprego de pessoas e máquinas; ii) a crítica à visão de que não há instrumentos na economia para combater as crises econômicas, a não ser uma política que garanta o bom funcionamento das forças de mercado e a flexibilidade dos preços e dos fatores de produção, ou seja, a rejeição à ideia de que, como o mercado é autorregulado e tende ao equilíbrio, qualquer interferência do Estado é, no mínimo, inócua e, provavelmente, nociva³²⁹.

Nos EUA, a influência de Keynes se deu, principalmente, depois da guerra. Antes disso, no combate à Grande Depressão, estudos recentes demonstram a limitação da influência das ideias do pensador inglês. Os programas do New Deal, implantados por Franklin Roosevelt, eram mais motivados pelas ideias políticas do Partido Democrata, desde o Movimento Populista da década de 1890, do que pelas ideias de Keynes que eram ainda desconhecidas no país.

Nos anos 1940 e 1950, nos EUA e nos países da Europa Ocidental, a doutrina keynesiana sobre o papel regulador do Estado na economia e nas relações sociais abriu caminho para a construção dos Estados de bem-estar social. De acordo com Adam Przeworski, o Estado keynesiano é caracterizado pelo compromisso de classes, o que possibilitou, no contexto do pós-guerra, uma combinação entre democracia e capitalismo:

aqueles que não possuem instrumentos de produção consentem com a instituição da propriedade privada do estoque de capital, enquanto os que possuem os instrumentos produtivos consentem com as instituições políticas que permitem a outros grupos apresentar eficazmente suas reivindicações quanto à alocação de recursos e à distribuição do produto³³⁰

O compromisso keynesiano baseou-se, assim, em um programa dual: pleno emprego e igualdade. O governo possuía um papel ativo, intervindo no âmbito da macroeconomia ao regular o nível de emprego,

³²⁹ PRADO, 2009.

³³⁰ PRZEWORSKI, 1989, p.243.

administrando a demanda e estabelecendo uma rede de serviços sociais que compunham o Estado de Bem-Estar Social.³³¹

Sem um programa econômico de administração da economia capitalista, o keynesianismo apareceu como uma solução econômica para os partidos social-democratas que chegaram ao poder na Europa no início do século XX. O keynesianismo, naqueles anos, cumpriu, assim, um papel importante, fornecendo para os partidos de esquerda europeus os alicerces ideológicos e políticos que justificavam a participação dos sociais-democratas no poder.

Analisar a história da social-democracia como um compromisso de classe não significa, contudo, compartilhar a visão tradicional que entende o fenômeno como uma aceitação dos capitalistas de um amplo programa de reformas sociais para conter o avanço do movimento comunista. A social-democracia não surgiu como uma variante do capitalismo; pelo contrário, sua história tem origem nas lutas e debates políticos e teóricos do socialismo. O aparecimento da social-democracia, ao menos na Europa, se confundiu com a transformação do operariado de ator social para ator político. A definição de uma identidade coletiva do operariado ocorreu concomitantemente à decisão de se organizar para participar do processo político, sendo a expressão social-democracia oriunda da junção dos termos socialismo e democracia. Uma união que não foi simples. Na verdade, resultou de intensos debates políticos e teóricos no interior dos partidos de esquerda europeus que remonta ao final do século XIX e início do século XX.

Compartilhando esta visão transformadora do fenômeno da social-democracia e analisando-a como um processo negativo, os liberais econômicos reclamavam do crescimento do Estado e da ameaça às liberdades individuais. Se os anos que vão de 1945 até meados da década de 1970 foram marcados pela uniformidade de opiniões a respeito das virtudes das ideias keynesianas, este consenso, embora hegemônico, tinha seus críticos.

NADANDO CONTRA A MARÉ: A SOCIEDADE MONTPELERIN

Em 1947, Friedrich Hayek, filósofo e economista renomado, decidiu convidar um grupo de estudiosos, em sua maioria economistas, mas também filósofos, historiadores, teólogos e até um químico,

³³¹ Alguns autores não utilizam o termo Estado de Bem-Estar Social. O cientista político italiano Norberto Bobbio, por exemplo, prefere o termo Estado de serviços. Para mais, ver: Bobbio, 2005, p. 84.

para criar uma associação internacional dedicada a defender os valores da liberdade individual contra as ameaças das ideias do socialismo e do keynesianismo. Estava criada a Sociedade MontPelerin.

A organização fundada por intelectuais defensores da economia de livre mercado foi batizada em homenagem ao seu primeiro encontro, ocorrido na localidade de Mont-Pèlerin, próxima a cidade suíça de Montreux. Marcada por uma paisagem de tirar o fôlego, encravada nos alpes suíços, o encontro durou dez dias e reuniu destacados pensadores da época, como Ludwig von Mises, Karl Popper, Milton Friedman, Frank Knight, George Stigler, entre outros.

Com sugestões como “Acton-Tocqueville Society” e “The Friends of F. A. Hayek”, o nome escolhido não podia ser mais apropriado: “pèlerin” é a palavra francesa para peregrino. É o sentimento de propagadores de novas ideias que moveu esse grupo heterogêneo. Como a sociedade não possuía uma sede e era integrada por membros de diversos países – e correntes do pensamento liberal – passou a atuar por meio de reuniões anuais, ocorrendo em diferentes países.³³² Em seu discurso de abertura, Hayek, que ao final será escolhido como seu primeiro presidente, começou justificando o encontro:

Fiquei surpreso com o número de homens isolados em diferentes países que trabalhavam a partir dos mesmos objetos e com as mesmas linhas de pensamento. Solitários ou reunidos em pequenos grupos, pouco interagiam para defender suas convicções³³³

A partir daí, continua o pensador austríaco, definindo como o objetivo da Sociedade:

estimular o intercâmbio de ideias entre pensadores na esperança de fortalecer os princípios e a prática de uma sociedade livre e estudar o desenvolvimento, as virtudes e os defeitos de um sistema econômico orientado pelo mercado³³⁴

³³² A sociedade, que no momento de sua fundação em 1947, possuía 35 membros, atualmente conta com mais 600 participantes em todo o mundo. A organização também se tornou a principal munção intelectual dos thinktanks liberais econômicos, que se espalharam pelo mundo a partir da década de 1980. Em 1993, cerca de 25% dos membros da MontPèlerin pertenciam aos quadros de alguma instituição do tipo. Em setembro deste ano, o Brasil sediou, pela primeira vez, uma reunião da sociedade. O Instituto Liberal do Rio de Janeiro foi a instituição anfitriã. Cerca de 300 pessoas se reuniram no Hotel Sheraton, durante três dias, para discutir assuntos relativos às ideias liberais. Até este mesmo ano, oito membros da sociedade foram sido premiados com o Prêmio Nobel de economia: Friedrich Hayek (1973); Milton Friedman (1976); George Stigler (1982); James Buchanan (1986); Maurice Allais (1988); Ronald Coase (1991); Gary Becker(1992); Vernon Smith (2002). Em 2010, Mario Vargas Llosa ganhou o Prêmio Nobel de Literatura.

³³³ Friedrich Hayek, “Opening Address to a Conference at Mont Pelerin”. Publicado em *Hayek’s Studies in Philosophy, Politics and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

³³⁴ Disponível em www.montpelerin.org

Se sabiam onde queriam chegar, os caminhos, contudo, não eram os mesmos para todos eles. Entre eles, havia defensores de diferentes políticas econômicas liberais. Já em sua primeira reunião, uma divisão mostrou-se clara entre monetaristas adeptos da Escola de Chicago e defensores da Escola Austríaca.

Ainda que muitos se apressem a colocar todos os defensores de políticas de livre-mercado sob um único rótulo, geralmente “neoliberal”, pensando esse grupo como um bloco monolítico, é importante analisar esses indivíduos reunidos na Sociedade Mont Pelerin como um conjunto heterogêneo, uma organização que possuía suas diferenças e divergências. Por exemplo, a divisão do primeiro encontro entre adeptos da Escola Austríaca e da Escola de Chicago confirma que, ainda que com posições semelhantes como a defesa dos benefícios universais da troca, o individualismo extremado e a doutrina do *laissez-faire*, possuíam diferenças metodológicas importantes, sendo que os primeiros advogavam uma abordagem racionalista da teoria econômica, e os seguidores de Milton Friedman entendiam que a perspectiva devia ser empírica.

A CONTRARREVOLUÇÃO LIBERAL

Nas décadas de 1950 e 1960, na chamada Idade de Ouro do capitalismo – período marcado pelo grande crescimento da economia mundial e pela melhora da qualidade de vida dos cidadãos dos países desenvolvidos – homens como Hayek e Ludwig Von Mises pareciam fadados à marginalização política e profissional. Os alertas sobre os perigos da regulação dos mercados por parte dos governos encontravam pouca repercussão. Em 1956, o político trabalhista inglês Anthony Crosland, escreveu: “ninguém com alguma projeção acredita hoje na tese antes popular de Hayek, de que a interferência nos mecanismos de mercado nos levará a uma ladeira escorregadia que conduz ao totalitarismo”.³³⁵ Apenas as polêmicas sobre a regulação social tinham um impacto um pouco maior. Em uma época de redistribuição das rendas e de pleno emprego, desafiavam o consenso dominante, manifestando-se a favor da desigualdade, defendendo-a como um valor positivo. Mais do que isso, alegavam que as desigualdades eram vitais para o capitalismo, uma vez que eram funcionais para a prosperidade do sistema. Era a chamada tese da desigualdade produtiva.

³³⁵ Anthony Crosland, *The Future Of Socialism* citado em: JUDT, Tony. *O mal ronda a Terra*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011, p. 101.

Esse quadro começou a mudar com a crise econômica capitalista dos anos 1970, quando as ideias do liberalismo econômico começaram a ganhar terreno³³⁶. A crise do dólar nos EUA, em 1972, o choque do petróleo em 1973, e a segunda crise do petróleo, em 1979, esgotaram o modelo econômico do pós-guerra. A combinação de baixas taxas de crescimento da economia, altos índices de inflação e desemprego desafiavam as receitas empregadas pelos países desenvolvidos. As medidas protecionistas dos países centrais difundiram a crise para a periferia do capitalismo, com destaque para a América Latina. Para Hayek e outros teóricos libertários, a crise originava-se das elevadas despesas estatais e do excessivo poder do movimento operário, que em suas reivindicações de aumentos salariais e gastos sociais teriam minado a acumulação capitalista, ao corroer os lucros das empresas, desencadeando um processo inflacionário que colocava em risco as economias de mercado. A solução para esses pensadores estava, desse modo, na estabilidade monetária, na diminuição dos gastos sociais, nas reformas fiscais, na redução de impostos sobre rendimentos e rendas mais altas para incentivar a poupança e o investimento e na restauração da taxa de desemprego visando quebrar o poder dos sindicatos.

A hegemonia do programa (neo) liberal não se realizou, todavia, imediatamente. Durante uma década, os países desenvolvidos buscaram solucionar a crise com medidas de caráter keynesiano. Foi o insucesso na solução da crise que abriu espaço para a revolução política e intelectual do chamado neoliberalismo, a partir do final da década de 1970, com a eleição de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. Com o fracasso dos Estados de bem-estar social, o discurso liberal se impôs: impostos altos passaram a significar inibição do crescimento e ineficiência; a regulamentação governamental agora era vista como responsável por sufocar as iniciativas e o empreendedorismo. Saía de cena o Estado intervencionista e a busca do bem comum. O novo consenso ditava, nas palavras de Thatcher, que: “não existe isso de sociedade, há apenas indivíduos e suas famílias”³³⁷

HAYEK NO BRASIL

Esse é o contexto internacional das visitas de Hayek ao país. Interessante observar que, à exceção dos EUA, o Brasil foi a nação, fora do continente europeu, que Hayek mais visitou em sua última década de vida. Suas vindas foram a convite de Henry Maksoud, editor da revista *Visão* e membro da

³³⁶ ANDERSON, 1995, p. 10.

³³⁷ JUDT, op.cit, pág: 95-105.

Sociedade MontPelerin. Passando por São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Santa Maria no Rio Grande do Sul, suas conferências e entrevistas se voltaram a divulgar as ideias liberais no país.

A passagem de Hayek foi marcada pela atuação intensa do engenheiro Henry Maksoud, dedicado a promover o contato do filósofo com o meio acadêmico, empresarial e jornalístico brasileiro. Suas conferências foram publicadas em diferentes jornais e revistas, tendo ele sido entrevistado também por alguns diários nos estados onde esteve presente. Destaca-se a cobertura da revista *Visão* que convidou Hayek, promoveu conferências e dedicou um bom espaço em suas matérias para o filósofo austríaco.

A revista *Visão* teve um papel destacado na promoção das ideias de Hayek, traduzindo para o português algumas de suas principais obras, como *Os fundamentos da liberdade e Direito, legislação e liberdade*, em seus três volumes. A influência do pensamento político e econômico de Hayek e a atuação de Henry Maksoud para a promoção das ideias do liberalismo econômico vão além das visitas que se encerraram em 1981. Em 1987, Maksoud lançou um livro chamado *Proposta de constituição para o Brasil*. Discutido intensamente com Hayek e inspirado em muitos de seus escritos, o editor da *Visão* buscava com o livro intervir no debate público sobre que nova constituição o país deveria ter. Além disso, foram frequentes na TV Bandeirantes, programas apresentados por Maksoud debatendo ideias do pensador austríaco entre o final dos anos 1980 e 1990.

No final dos anos 1970, a vinda aos trópicos do filósofo austríaco trouxe para o debate público temas sensíveis como o da questão democrática, a crise econômica, a necessidade de controlar a inflação, o conceito de justiça social e outros. Trabalharemos aqui a partir das entrevistas concedidas por Hayek a revistas e jornais, assim como com notícias, artigos e ensaios publicados cobrindo suas visitas ao Brasil. Dividimos as ideias de Hayek em alguns temas-chaves: o sistema democrático, a crise econômica, a defesa do livre mercado e o ideal de justiça social. Muitas das propostas defendidas pelo Prêmio Nobel de Economia serão encampadas por grupos liberais brasileiros que fundaram instituições, durante o período da transição democrática, com o objetivo de influenciar a ordem política e econômica através da divulgação da doutrina do liberalismo econômico.

A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

No dia 28 de novembro de 1977, Hayek, em sua primeira visita ao Brasil, realizou uma conferência em Brasília cujo assunto principal girou em torno do poder do Estado. O filósofo abriu a conferência declarando-se um “democrata apaixonado” e um “anti-socialista radical”, afirmando ser, todavia, totalmente contrário à democracia que é praticada atualmente nos países do mundo ocidental. Diante de uma plateia intrigada, explicou:

“O poder de coerção do Estado deve ser limitado ao estabelecimento de regras que sejam iguais para todos, pois o indivíduo deve ser livre para usar seu saber em prol do que quer, e só seguir as regras que valem para todos”.³³⁸

Criticando as democracias representativas ocidentais por seus modelos de interferência na economia, Hayek admite apenas a intervenção do Estado para beneficiar a todos os cidadãos, igualmente. Manifestou-se, assim, contrário à formação de todo tipo de monopólio, estatal ou privado, afirmando ainda que “praticamente nenhum monopólio conseguiu se sustentar por muito tempo, até hoje, sem o apoio do Estado”.³³⁹

Em um país marcado pela hegemonia de uma cultura política nacional-estatista, as palavras de Hayek não devem ser subestimadas. Muitos setores empresariais, por exemplo, que já vinham se organizando em defesa de propostas de liberalização da economia, viam no economista austríaco uma referência importante para dar credibilidade às críticas à forte presença do Estado na economia e à defesa de políticas de livre-mercado.

A literatura especializada na atuação empresarial durante o regime civil-militar na década de 1970 aponta que as principais entidades do empresariado começaram a criticar abertamente a intervenção realizada pelo Estado na economia e a demandar maior espaço para a iniciativa privada. Exemplo dessa mudança da relação do empresariado com o regime é a Campanha contra Estatização de 1976, quando importantes setores empresariais buscaram se distanciar de algumas decisões adotadas pelo governo, criticando a política industrialista do governo Geisel, proposta no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).³⁴⁰ Em artigo no jornal Folha de São Paulo a respeito da primeira visita de Hayek ao país, sob o título

³³⁸ *Jornal da Tarde*, São Paulo, 29 de novembro de 1977.

³³⁹ *Idem*.

³⁴⁰ Ver: CRUZ, 1995; FREITAS, 2000.

“O debate que Hayek propôs”, a matéria afirma que “Hayek veio reforçar as teses de muitos empresários nacionais que lutam contra a estatização da economia brasileira”. Importante não considerarmos a cobertura jornalística das visitas do professor austríaco como homogêneas³⁴¹ - positivas ou negativas – se em alguns jornais as ideias de Hayek dão credibilidade a um discurso a favor de reformas liberais, em outros suas propostas são vistas com reservas. Nesta reportagem da *Folha*, afirma-se que a fala do Nobel de 1974:

embora proveitosa por desencadear importantes debates públicos, alegrou não só os empresários que lutam contra a “estatização” como também os adversários de sua visão de mundo. A alegria destes, contudo, (se dá) porque suas conferências revelaram o quanto frágeis e idealistas seus argumentos e pobre sua ortodoxia.³⁴²

A atuação de Hayek no país não pode ser analisada assim sem se levar em conta a reorganização de setores do empresariado que buscavam se posicionar no contexto da transição política que então se iniciava. Neste novo arranjo político do final dos anos 1970 e início da década de 1980 as propostas sobre que *democracia* o país precisava mobilizava corações e mentes. É aqui que as propostas de Hayek devem ser percebidas como um parâmetro para os grupos liberais nacionais e para a cultura política (neo) liberal que se difundia com mais força a partir de então.

Depois da capital federal, onde visitou a Universidade de Brasília e o Congresso, ainda a convite do Grupo Visão, Hayek foi para São Paulo, cidade que permaneceu três dias fazendo conferências e que teve ampla cobertura dos principais jornais paulistas. Na sede do Grupo Visão, em um auditório para mais de mil pessoas, proferiu três dias de palestras, com os seguintes temas: “A geração da riqueza – economia de mercado”, “O método da democracia”, e, no último dia, “O dinheiro e o Estado”.

Em *O Estado de São Paulo*, destacou-se as críticas de Hayek aos modelos democráticos então vigentes, apontando as falhas das democracias ocidentais. Assim, o jornal, em matéria intitulada “Hayek: ação estatal deve ser limitada”, expõe:

o professor von Hayek disse não aceitar a intervenção estatal, mesmo que a pretexto de que o mercado de determinado produto esteja sendo dominado por conglomerados econômicos, pois entende que tal situação só ocorre por culpa do Estado, que deve proporcionar a livre concorrência entre as empresas.³⁴³

³⁴¹ Desnecessário frisar também que um mesmo jornal ou revista também não pode ser analisado como produtor de uma única visão política ou econômica, considerado como um bloco monolítico, mas que apresenta, muitas vezes em seu interior, diferentes discursos.

³⁴² Jornal *Folha de São Paulo*, 6 de dezembro de 1977.

³⁴³ O Estado de São Paulo, 29 de novembro de 1977.

Para Hayek, a democracia não devia ser entendida como um fim em si mesma, mas um meio para a proteção da liberdade individual. Assim, ao abordar os problemas das democracias ocidentais, aponta que o problema está no tipo de democracia que se consolidou nos países desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos. Para ele, democracia é um conceito político e não econômico, um procedimento de governo que permite que se adotem decisões políticas, não havendo oportunidade ou justificativa para a democracia fora do campo político.³⁴⁴

Defendendo uma concepção liberal de democracia, quando perguntado quais seriam para ele as funções do governo em um regime democrático, responde que: “os governos deveriam se limitar a fazer cumprir as regras gerais de conduta individual, aplicando-as igualmente para todos”³⁴⁵. Com isso, seu entendimento é o de que a liberdade política não é uma condição quer necessária, quer suficiente para a liberdade individual. Critica o que vê como uma noção de liberdade espúria, feita para legitimar projetos coletivistas, para referendar intervenções do Estado na economia e na vida dos indivíduos.³⁴⁶

O pensador austríaco distingue o liberalismo, como “uma doutrina sobre o que a lei deveria ser”, da democracia como “uma doutrina a respeito da maneira de determinar qual será a lei”. O liberalismo e a democracia concordam ao entender que a maioria deve determinar qual a lei, mas divergem quando o democrata pensa que a maioria determina qual é a “boa” lei. A democracia é vista assim como um método que deve ser julgado pelo que realiza, ao passo que o liberalismo é uma doutrina acerca das metas e finalidades do governo. Hayek, todavia, declara que existem três argumentos decisivos em favor do método democrático: primeiro, é o único meio para a transformação pacífica; segundo, se mostrou mais apto a produzir liberdade que outras formas de governo; e, por fim, é o melhor caminho para elevar o nível geral de educação política.³⁴⁷

Vemos aqui uma concepção da ordem política democrática que influenciará muitos grupos liberais no contexto da transição política. Segundo esta tradição liberal, a democracia é concebida não como um fim, mas um meio. Dessa forma, em conferência para empresários brasileiros, reproduzida na íntegra por alguns veículos de imprensa, com título curioso “Democracia, higiene e ingenuidade”, Hayek expõe o que entendia como a “verdadeira” democracia. Para ele, em sua formação, datada dos séculos XVIII e XIX, o

³⁴⁴ Entrevista a Revista *Veja*, 19 de dezembro de 1979.

³⁴⁵ *Idem*.

³⁴⁶ *Digesto Econômico*, São Paulo, setembro de 1981.

³⁴⁷ *Idem*.

modelo de democracia significava uma concepção de poderes limitados e de regras gerais aplicáveis a todos. Com a extensão do sufrágio - que não é vista como negativa é bom frisar – as democracias passaram por grandes mudanças, nas quais como “um cavalo de Tróia pelo qual as decisões coletivas são introduzidas clandestinamente”, os modelos democráticos se tornaram “um disfarce para objetivos coletivistas”. Analisando a experiência europeia e norte-americana como negativa, defende que a democracia deve ser pensada pelos brasileiros como um modelo liberal, sem “crenças ingênuas de que seja melhor perseguir objetivos comuns (ou sociais) do que perseguir seu próprio objetivo individual”³⁴⁸. A lição de Hayek para os brasileiros é a de que

a crença de que seja moralmente desejável dirigir democraticamente, tanto quanto possível atividades humanas para objetivos comuns, ou que a orientação da ação individual para fins específicos, por decisão democrática, é em si um bem moral, é simplesmente uma extensão errônea de práticas úteis aos pequenos grupos de homens primitivos, mas, por sua natureza, inaplicáveis à grande sociedade.³⁴⁹

Entendia, assim, que um sistema político voltado a atender decisões coletivas, orientado a perseguir metas comuns, não era democracia, mas coletivismo. Na sua visão, essa perseguição de fins coletivos paralisaria as forças criativas de uma sociedade livre, que sendo nociva ao dirigir todos os esforços individuais, não pode ser vista como uma “verdadeira” democracia, mas uma concepção socialista, que nega a liberdade pessoal.³⁵⁰ Para o que entende como “verdadeira” democracia propõe o conceito de demarquia.

Em entrevista exclusiva a uma equipe da revista *Visão*, durante a estada no Brasil em 1979, propõe que “a democracia certamente poderá vingar no Brasil sob a forma de demarquia. Jamais sob a forma de uma democracia ilimitada”.³⁵¹ O conceito de demarquia é cunhado por ele para substituir o que via como uma noção bastante impregnada pela tirania da maioria do conceito de democracia. No seu entender, para funcionar a democracia deveria ser limitada em suas funções; limitada não por um poder superior, mas por normas gerais de comportamento, válidas para todos, inclusive para quem as estabelece. A demarquia seria assim esse modelo de democracia limitada. Afirma mais: que a demarquia seria ainda mais importante em um país em desenvolvimento do que em uma nação desenvolvida:

³⁴⁸ *Gazeta Mercantil*, 29 de abril de 1980.

³⁴⁹ *Idem*.

³⁵⁰ *Idem*.

³⁵¹ Matéria sob o título “Socialismo, invenção de intelectuais”. Disponível em *Visão*, 10 de dezembro de 1979.

Num país em desenvolvimento, onde a maior parte dos efeitos do mercado e da concorrência está por ser descoberta, é ainda mais importante criar o máximo de oportunidades para que essas descobertas se façam. Em consequência, nesses países é ainda mais importante que o poder do Governo seja limitado do que nos países desenvolvidos, onde a maior parte desses efeitos já é conhecida.³⁵²

A demarcação seria, segundo o livro *Law, Legislation and Liberty*, um novo sistema bicameral, que estabeleceria uma distinção clara entre o poder legislativo e a assembleia executiva. O primeiro poder cuidaria de elaborar normas gerais de justa conduta, que são as “verdadeiras” leis; diferentemente, do que para Hayek, é o emprego da palavra “lei” que estaria corrompido, ao significar todo tipo de decreto do governo visando a um fim específico. A segunda assembleia se encarregaria da administração propriamente dita. Essa seria, na sua opinião, uma forma de evitar o que considerava ser uma corrupção da lei por grupos organizados, que historicamente conseguiram transformar em “lei” os seus interesses, em detrimento do bem-estar e da liberdade de seus concidadãos.³⁵³

Dessa forma, a única igualdade possível de ser buscada era a formal ou jurídica, na qual todos os indivíduos deveriam ser julgados perante a lei segundo suas condutas, sem qualquer distinção de etnia, religião, riqueza ou gênero. Para os liberais, apenas esta igualdade é indispensável, visto que o exercício da liberdade inexoravelmente produziria distribuições desiguais dos recursos materiais e do reconhecimento de uma sociedade. Por isso, o objetivo de se alcançar a igualdade jurídica está vinculada a meta-principal de limitar a ação do Estado, para que este não mobilize seus recursos e capacidade coercitiva para o favorecimento de determinados indivíduos e grupos em detrimento de outros.

O ESTADO MÍNIMO E O SISTEMA DE MERCADO

O ataque desferido acima é principalmente ao movimento sindical visto como um grupo de pressão organizado que prejudica o desenvolvimento de um livre mercado de trabalho. Para ele, qualquer restrição à liberdade individual e ao mercado livre reduz os incentivos para que os indivíduos usem seus conhecimentos próprios e atividades para seu próprio bem-estar – e conseqüentemente bem-estar geral – sendo por isso qualquer forma de enfraquecimento dos mecanismos de competição – medidas protecionistas, subsídios a produtos e mercados, legislação trabalhista, monopólios estatais – responsáveis

³⁵² Idem.

³⁵³ Revista Visão, 1 junho de 1981.

pela destruição de uma ordem espontânea produtora de riquezas. Defendendo o liberalismo econômico como única saída para a crise econômica que atingia gravemente a economia mundial no início dos anos 1980, quando perguntado qual era a prioridade das prioridades para resolver os problemas econômicos e sociais, Hayek responde à Revista *Visão*:

Devolver ao mercado sua liberdade – e em particular ao mercado de trabalho. O desemprego é o resultado da rigidez dos salários impostos pelos sindicatos e pelos governos. Os salários médios não são necessariamente elevados demais, mas são os salários relativos que impedem toda flexibilidade econômica.³⁵⁴

Essas propostas de reforma tiveram efeito destacável na Grã-Bretanha. Depois de uma declaração da primeira-ministra conservadora Margareth Thatcher de que teria se convertido ao liberalismo econômico por causa da leitura do seu livro *Constitution of Liberty*, Hayek - que também possuía amigos e ex-alunos entre os conselheiros de governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos – se diz feliz por suas ideias exercerem influência sobre esses dois governos. Conta para a revista *Visão* que certa vez em encontro com Thatcher afirmou: “se só puder fazer uma única reforma, limite o poder com que contam os sindicatos para bloquear salários e favorecer o desemprego”.³⁵⁵ No *Jornal da Tarde*, analisando a Inglaterra, afirma que os sindicatos destruíram a economia inglesa. E, por isso, propôs à primeira-ministra um plebiscito de âmbito nacional para abolir uma série de direitos – ou que ele considerava privilégios – dos sindicatos do país.³⁵⁶

O pensamento político de Hayek é profundamente marcado pela desconfiança nas democracias representativas modernas e sua capacidade de ser influenciada pela formação de maiorias. Neste sentido, em suas conferências no Brasil alerta para a necessidade de criação de instrumentos que freiem o que via, na melhor tradição toquevilliana, como a tirania da maioria. Para ele, um governo democrático deveria atuar apenas quando: a) o governo não monopolize determinados serviços, sendo todo tipo de prestação de serviço aberto também à iniciativa privada; b) os recursos de um governo sejam obtidos tão somente por uma taxação fundada em princípios uniformes e que não sirva como instrumento de redistribuição de renda; c) as necessidades que o governo vise atender sejam coletivas, e não apenas de grupos específicos.³⁵⁷

³⁵⁴ Revista *Visão*, 2 de abril de 1984.

³⁵⁵ *Idem*.

³⁵⁶ *Jornal da Tarde*, 13 de maio de 1981.

³⁵⁷ HAYEK, 1990.

Influenciado por uma tradição filosófica anti-racionalista, Hayek considera um erro do pensamento político moderno acreditar que a ordem social possa ser orientada e determinada por propósitos humanos. Defende que em uma ordem autogeradora ou espontânea das atividades sociais, na qual todos os membros da sociedade possam utilizar seus conhecimentos e habilidades numa extensão maior do que o elaborado ou planejado por uma instituição ou um grupo central, maximizaria os resultados econômicos, uma vez que a complexidade das atividades humanas seriam contempladas e estimuladas por essa ordem livre. Segundo esse entendimento, os governos representariam uma forma de coerção destas forças espontâneas, uma tentativa fracassada de organizar as forças livres da sociedade. Assim, o planejamento estatal provocaria uma limitação na capacidade individual de utilizar todo conhecimento disponível de forma criativa, inibindo que as liberdades individuais atuem como um mecanismo de progresso social.³⁵⁸ Por isso, o planejamento estatal era denunciado sob o argumento de que nenhum governo, por mais capacitado que fosse, poderia reunir todo o conhecimento existente em uma sociedade e utilizá-lo da forma mais eficiente e criativa do que o uso livre feito por todos os seus cidadãos. Esse é o cerne do liberalismo de Hayek e sua crítica ao socialismo e à social-democracia.

Da mesma forma, a partir da ideia da superioridade de uma ordem de livre mercado, o pensador austríaco estende seus argumentos para defender a inaplicabilidade dos critérios de justiça às ações individuais em um mercado competitivo. A distribuição de riquezas resultante de uma multiplicidade de interações no interior de uma sociedade seria vista como um produto involuntário e impessoal de milhares de intercâmbios de indivíduos, que perseguindo seus objetivos pessoais não poderiam ter suas ações consideradas como boas ou ruins.

JUSTIÇA SOCIAL

Segundo Hayek, o tratamento desigual – mesmo entre desiguais – é arbitrário. Em entrevista a revista *Veja*, quando perguntado se é possível abolir as desigualdades sociais dentro de um sistema de livre mercado, sem titubear responde:

Não, porque um mercado efetivo determina preços e a remuneração de todos os serviços, no exato valor que lhes é dado pelas pessoas. As pessoas são muito diferentes em suas habilidades

³⁵⁸ *Digesto Econômico*, setembro de 1981.

e oportunidades. Se tentarmos tratá-las com igualdade, o resultado para cada uma delas seria desigual. Para fazê-las iguais – ou mais iguais – no sentido material, precisaríamos tratá-las de modo desigual, o que significa, necessariamente, usar do arbítrio.³⁵⁹

Ao ser questionado se então isso não contradiz a afirmação de que o sistema de livre mercado proporciona igualdade de oportunidades, rebate:

Não asseguro que as pessoas terão as mesmas oportunidades com a livre iniciativa (...) A ideia de que seja possível a distribuição de “pequenas igualdades” para todos é *non sense*. Tentá-la é certeza de fracasso. Mais do que isso: a tentativa leva apenas a que se dê a alguns o que não se pode dar a outros. A capacidade pessoal e as oportunidades não são determinadas pela economia de mercado, mas sim pelo lugar onde acidentalmente nasceram ou pelos seus atributos físicos.³⁶⁰

Hayek acredita que as desigualdades não são apenas inevitáveis, mas também produtivas. O conceito de “justiça social” não teria assim significado, sendo que a distribuição de riquezas de uma sociedade só pode ser feita por métodos “naturais”. Afirma, deste modo, que uma política de distribuição de renda deliberada, feita por exemplo pelo governo, ao ir de encontro aos mecanismos espontâneos do livre mercado, se mostraria com o tempo ineficiente do ponto de vista econômico. Por isso, defende a tese da desigualdade produtiva ao considerá-la um mecanismo de estímulo individual gerado pela remuneração desigual que teria efeito econômico positivo. Contrastando com isso, o Estado ao redistribuir a renda por meio de mecanismos vistos por ele como arbitrários estaria comprometendo a liberdade da sociedade.

Em seu aniversário de 82 anos, em mais uma conferência promovida pela revista *Visão*, desta vez no auditório do Hotel Maksoud Plaza, Hayek aborda o tema da distribuição de renda. Às 20 horas, e após um saudoso aplauso de reconhecimento e congratulação pela data comemorativa, Hayek começa afirmando ser impossível alcançar uma melhoria da distribuição de renda pelo uso de uma legislação discricionária, de cima para baixo, com o governo adotando medidas de confisco e/ou redistribuição de riquezas. Defensor do *laissez-faire*, o pensador continua:

É impossível alcançar-se uma distribuição de rendas igualitária, deliberadamente, a partir de um planejamento de cima para baixo, se o governo basear sua ação no respeito à lei. Se o Estado quiser colocar gente muito diferente, do ponto de vista material, numa situação igual ou mesmo aproximada materialmente, não conseguirá fazê-lo de forma eficaz. O problema é que, para tornar iguais duas pessoas diferentes, é preciso tratá-las de forma desigual. Se for aplicado o

³⁵⁹ Revista *Veja*, 19 de dezembro de 1979.

³⁶⁰ *Idem*.

tratamento igualitário, de uma mesma lei, sobre as duas pessoas, o resultado é que elas ficarão numa situação ainda mais desigual do que antes.³⁶¹

Em entrevista reproduzida pelo jornal *O Estado de São Paulo*, define melhor o que pensa sobre a noção de justiça social, defendendo que a distribuição afeta a produção e resulta em arbitrariedade:

Renunciar ao princípio de igualdade diante da lei, mesmo dentro de intenções caritativas, abre caminho, inevitavelmente, para arbitrariedade. Distribuir vantagens às custas de alguém que não pode ser facilmente identificado tornou-se o meio mais sedutor para se conseguir uma maioria (...) Logo, não é o mérito, mas sim a necessidade política que determina os grupos a serem favorecidos às custas dos outros. A grande diferença entre a sociedade para a qual tendia o liberalismo clássico e aquela que vemos formar-se sob nossos olhos é que a primeira era governada por princípios de justa conduta individual, enquanto que se exige da outra que satisfaça exigências de justiça social. Num dos casos, é do indivíduo que se exige uma conduta justa. No outro, é cada vez mais sobre as autoridades que repousa este dever de justiça, tendo por corolário o poder de ditar a conduta dos indivíduos.³⁶²

Cabe destacar que apesar da defesa do liberalismo econômico, Hayek não recusa completamente a intervenção do Estado na economia, assim como defende a necessidade de se amparar os indivíduos que se encontram em uma situação social desfavorecida:

Em uma sociedade livre, sem interferirmos no mercado, podemos obviamente estabelecer um mínimo abaixo do qual ninguém precisa cair, por meio da provisão para todos de alguma garantia contra infortúnios. Há, na verdade, muito que podemos fazer para melhorar a estrutura em que os mercados podem operar de forma benéfica.³⁶³

OS PROBLEMAS ECONÔMICOS E AS SOLUÇÕES LIBERAIS

As visitas de Hayek foram também bastante aguardadas e comentadas em razão do contexto de dificuldades econômicas que marcou a economia brasileira em boa parte do período. Em suas primeiras visitas, os temas de economia se resumiram a propostas de uma agenda de reformas liberais como saída para a crise que atingia os países desenvolvidos, não havendo estendidas análises do cenário nacional. Na visita em 1979, ocorre o primeiro debate mais detalhado sobre os problemas da economia brasileira.

³⁶¹ O tema da conferência foi "Distribuição de Renda e Positivismo Legal". Disponível em: *Jornal do Brasil*, 9 de maio de 1981, com matéria intitulada "Hayek acha impossível se promover distribuição de renda de cima para baixo".

³⁶² *Jornal O Estado de São Paulo*, 1 de fevereiro de 1981.

³⁶³ HAYEK, 1990b.

A revista *Veja*, sobre a passagem do filósofo pelo país, afirmou que “no Brasil, Hayek poderia estar interessado em influenciar pessoas, mas não em fazer amigos”.³⁶⁴ Quando questionado quem seria culpado pela inflação, responde “Banco Central”. Sobre a política econômica, critica o ministro do Planejamento, Delfim Netto, afirmando que suas medidas contra a inflação só iriam levar a uma piora do quadro. A revista destaca a posição de Hayek a favor do controle da emissão de dinheiro e seus ataques à política de gastos do governo. Radicalizando suas propostas de liberalização da economia, sustenta que a emissão de moeda seja retirada do monopólio do Estado. “Já perdi a esperança de que qualquer governo nos dê um dinheiro bom e decente”, confessa Hayek retirando do bolso uma nota de 1 cruzeiro que guardou de sua visita anterior ao Brasil, e pergunta quanto valeria ela de fato. “Por que o governo deve ter o monopólio da emissão?” insiste o economista. “As empresas poderiam emitir unidades monetárias com nomes especiais que dependeriam da confiança do público para sobreviver ou não”, ele sugere.³⁶⁵

No início dos anos 1980, o tema da crise econômica tornou-se corrente no debate público brasileiro, sendo Hayek considerado uma destacada referência para os defensores do *laissez-faire* como solução para o país. O *Jornal da Tarde*, em agosto de 1983, no artigo “Friedrich Hayek e as lições para o Brasil em crise”, começou exaltando a tradução do seu livro *Fundamentos da Liberdade*, segundo o artigo, um livro traduzido na hora certa. Em seguida, afirma a “importância de determinadas teses, circunstancialmente, impopulares” que, embora negligenciadas por um longo período, se tornaram referência após a crise mundial de 1973.³⁶⁶

Em uma postura bastante radical após uma série de reportagens intituladas “A República Socialista Soviética do Brasil”, o *Jornal da Tarde* a partir deste período assumiu uma posição forte de crítica a presença do Estado na economia e na sociedade. Em artigo aclamando o livro traduzido de Hayek, Frederico Branco ressalta que não haveria momento mais oportuno para o lançamento no país, uma vez que “a intervenção estatal na economia e na sociedade chegou ao nível do intolerável, se traduzindo na gravíssima crise” que atinge o país. Afirmando que o diagnóstico de Hayek nos ensina sobre as causas do autoritarismo e da crise econômica no Brasil, o artigo defende que a inflação é produto da estatização e dos projetos distributivistas do regime. No final, celebrando as ideias do austríaco, sugere que suas ideias

³⁶⁴ Revista *Veja*, 21 de novembro de 1979.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ *Jornal da Tarde*, agosto de 1983.

caem “como uma luva”, “não podendo e não devendo ser ignorada pelos que almejam no Brasil o estabelecimento do Estado de Direito”.³⁶⁷

No ano seguinte, na revista *Visão*, Hayek resume as dificuldades da economia brasileira: crise da balança de pagamentos, endividamento externo e interno, inflação crescente e custo do dinheiro. O cerne do problema para ele: o intervencionismo do Estado que atua fortemente na economia. A revista apresenta Hayek como o pensador que traz soluções para a crise econômica e a inflação, que “se preocupa com a liberdade individual, que todos nós queremos”, diferentemente das “propostas demagógicas, como tem sido elaboradas pelos ‘especialistas’ brasileiros”.³⁶⁸ Suas 10 propostas apresentadas giravam em torno da “desnacionalização do dinheiro”, que retirava do governo o monopólio da moeda, permitindo à iniciativa privada emissão de dinheiro. Para ele, essa medida propiciaria o controle do orçamento e acabaria com os surtos de inflação e deflação, na sua visão o “Movimento pelo Dinheiro Livre” representaria para o século XX e XXI o que foi o “Movimento para o Livre Comércio no XIX”.

Em 1984, com a economia deteriorada, Hayek continua sua defesa da inflação como resultante de um fenômeno monetário e, portanto, só possível de ser combatida de maneira eficiente através do controle da emissão de moeda. Criticando a planificação econômica, ressalta que a inflação só poderia ser combatida com o governo parando de aumentar a quantidade de dinheiro além do aumento do produto. No seu entendimento, a inflação é produto do aumento de dinheiro em circulação provocado pelo Governo, daí a necessidade de que os mecanismos de livre mercado assumam uma posição central.³⁶⁹

PALAVRAS FINAIS

Analisando as três visitas de Hayek ao país entre 1977 e 1981, lendo suas conferências transcritas bem como a cobertura jornalísticas sobre a passagem do filósofo e observando também as entrevistas concedidas nos anos de 1983 e 1984 e artigos dispersos em jornais – como *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *Gazeta Mercantil* – e revistas – a exemplo de *Visão*, *Veja* e *Digesto Econômico* – curiosamente não encontramos uma única menção à ditadura. A palavra simplesmente não aparece.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Revista *Visão*, 29 de agosto de 1983.

³⁶⁹ Revista *Visão*, 2 de abril de 1984.

Como se não existisse, o debate a respeito dos problemas das democracias representativas modernas e de que modelo de regime democrático deveria ser defendido no Brasil passa completamente ao largo da discussão sobre o autoritarismo do regime civil-militar. As críticas são feitas tão somente às políticas econômicas do governo. Muitas entrevistas, debates, artigos e matérias sobre Hayek são feitas, muito sobre suas críticas às democracias e nada foi dito sobre a ausência de democracia no país. O não-dito aqui nos diz muito.

Não se buscou aqui analisar o pensamento político e econômico de Hayek, refutá-lo ou legitimá-lo, mas apenas mapear um discurso a favor de um programa econômico liberal que então começava a ser debatido entre grupos específicos, principalmente o empresariado, e a ganhar destaque na imprensa do país.

Neste contexto de transição política, organizaram-se diferentes forças sociais para disputar o jogo democrático que então surgia. Grupos econômicos e de imprensa, que haviam apoiado o golpe de 1964 e os governos civis-militares que se seguiram, assumiram, na década de 1980, um discurso democrático, até mesmo porque outros tipos de regimes políticos se encontravam desacreditados. Dessa forma, os debates suscitados entre os grupos empresariais e na imprensa a respeito das ideias do liberalismo econômico de Hayek demonstram a intenção destes grupos de intervir no jogo político e, de maneira mais ampla, na realidade social, ao buscar pautar que democracia deveria ser construída no país.

A pergunta que nos intriga é como um país com diminuta tradição (neo) liberal pode no espaço de uma década sofrer reformas econômicas e sociais importantes, inspiradas em ideias desta tradição econômica. A abertura e a liberalização de variados setores da economia, com o auxílio de muitos grupos aqui citados, nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, podem começar a ser explicados com a discussão acerca de que democracia o país deveria adotar.

A passagem de Friedrich Hayek pelo Brasil deve ser inserida, então, como parte de uma revolução intelectual que rompera com o consenso social-democrata do pós-guerra, apresentando uma nova visão de mundo, que pretendia revolucionar a política, a economia e a sociedade, a partir das orientações liberais. Se, por um lado, a queda do muro de Berlim e do socialismo real na União Soviética e no Leste Europeu colocaram um fim às ilusões do marxismo em um progresso inexorável da humanidade rumo à sociedade socialista, por outro lado, uma nova fé secular emergiu nesse momento, com a crença nos mercados e nos interesses privados como solução para os problemas da realidade social. Reinventou-se o mito do “fim da

história” com Francis Fukuyama; agora, com uma roupagem liberal, a história não acabaria como uma sociedade de iguais, mas como uma sociedade de desiguais, uma vez que a causa principal para o progresso seria a desigualdade, funcional ao sistema capitalista. Nas palavras de Hayke, anunciando os efeitos das políticas econômicas que vingariam nos anos 1990 em muitos países, como o Brasil: “Devemos enfrentar o fato de que a preservação da liberdade individual é incompatível com a satisfação plena de nossa visão de justiça distributiva”³⁷⁰.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.
- _____. The ends of history. In: A zone of engagement. Londres: Verso, 1992, p. 279-375.
- COCKETT, Richard. Thinking the unthinkable. Think tanks and the economic counter-revolution 1931-1983. London: Harper Collins, 1995.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: Unicamp, 1995.
- FREITAS, E. S. A. FIRJAN ontem e hoje: a representação industrial do Rio de Janeiro (1827-1995). Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. São Paulo: Abril Cultural, 1962.
- HAYKE, Friedrich August von. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- _____. New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas. London: Routledge, 1990b.
- _____. The Constitution of Liberty. London: Routledge, 1993.
- JUDT, Tony. O mal ronda a Terra: um tratado sobre as insatisfações do presente. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme. A economia política da Grande Depressão e da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica. In LIMONCIC, Flavio e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). A Grande Depressão: política e economia na década de 1930: Europa, Américas, África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PRUNES, Cândido Mendes. (org.). Hayke no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁷⁰ JUDT, op.cit, p.92.